



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

COMITÊ TÉCNICO DO PLANO DIRETOR

ATA DE REUNIÃO - 19/02/2016

Às dez horas e sete minutos do dia dezanove de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala anexa ao Consuni, no Gabinete do Reitor, estando presentes os integrantes do Comitê Técnico do Plano Diretor da UFRJ, ocorreu reunião do grupo referente para tratar dos objetivos pertinentes às questões ambientais e de mobilidade do plano. O Pró-Reitor de Gestão e Governança, Sr. Ivan Carmo, iniciou dando explicações a respeito da demanda surgida em reunião anterior do Comitê com relação às atas do antigo Comitê Técnico do Plano Diretor, informando que foi possível recuperá-las e realizar um resumo de toda essa documentação, propondo-se a enviar por e-mail aos membros, a fim de possibilitar melhor compreensão retrospectiva do Comitê Técnico do Plano Diretor. Após, destacou o comentado, também em reunião anterior, a respeito dos objetivos do Plano Diretor e das ações já em andamento com relação a meio ambiente e mobilidade, e informou sobre a apresentação do grupo responsável pelo PDAP (Plano Diretor Ambiental e Paisagístico) para a Cidade Universitária sobre a indicação do caminho para orientação ambiental do *campus*. A proposta oferecida é a de subdivisão do Comitê para acompanhamento da evolução do PDAP, já que o projeto não está totalmente desenvolvido, encontrando-se ainda em estágio inicial. Também informou a previsão de uma apresentação sobre o trabalho do grupo vencedor de concurso promovido pelo Fundo Verde sobre mobilidade mais limpa e sustentável, o “Caronaê” (que oferece uma proposta de transporte compartilhado), postergada devido à impossibilidade de comparecimento dos envolvidos na oportunidade. O Sr. Ivan informou que o Magnífico Reitor Prof. Roberto Leher marcará reunião para a criação do Subcomitê Técnico do Plano Diretor da Praia Vermelha, em consonância com a proposta de inclusão dos *campi* da Praia Vermelha, Xerém e Macaé no Plano Diretor, para o atendimento às necessidades específicas de cada *campus* sob uma mesma instância e orientação. Também lembrou o pedido do Comitê para visitar os *campi* de Macaé e Xerém, a fim de conhecer suas estruturas e o estado atual de cada um. Após os informes, a comissão de elaboração do PDAP, constituída por Vera do Carmo, Danielle Coimbra, Beatriz Araújo, Mônica Carvalho, Roberta Kelly, Alfredo Heleno e Marco Louzada, iniciou a apresentação do Plano explicando que o mesmo veio cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor UFRJ 2020, a fim de criar uma nova ordem da gestão do território, com o menor impacto possível das novas vias e edificações previstas no PD 2020, através da preservação de áreas naturais presentes na Ilha do Fundão. Os objetivos mais contundentes do PDAP resumem-se ao resgate do ambiente paisagístico, com a intenção de recriar os ecossistemas e de recuperar de forma economicamente viável as áreas que ainda podem ser caracterizadas como naturais e as já urbanizadas, mas que não definem ambientes ecologicamente compensados; na criação de um novo sistema de saneamento; em uma nova rotina acerca da questão dos resíduos sólidos, já que devido à ampliação do espaço utilizado no *campus*, sabe-se que essa produção irá se multiplicar em larga escala, estendendo-se a preocupação aos demais *campi*: Praia Vermelha, Macaé e Xerém; e na criação de uma nova identidade da cultura ambiental, ou seja, que o desenvolvimento da Cidade Universitária (e demais *campi*) seja acompanhado de legislação ambiental pertinente, e adequado, portanto, à sustentabilidade do novo território previsto pelo PD 2020. De acordo com estudos realizados pelo grupo, foram identificadas algumas tipologias, de ambientes naturais ou urbanizados, mas com recortes de vegetação e/ou arborização, que demandam ser revisados. A comissão do PDAP prosseguiu a apresentação com a exposição dessas tipologias, demonstradas a seguir: o visual litorâneo, área em torno da Ilha do Fundão, o ambiente arboreal, oriundo de um projeto de reflorestamento na ilha, o ornamental viário, que demanda maior atenção devido às novas vias e edificações previstas no PD 2020, o entorno predial, jardins situados imediatamente no entorno dos prédios, o manguezal, presente entre o Canal do Cunha e toda a região litorânea, a conservação florestal, identificada dentro do parque do Catalão, e as águas e pequenos cursos presentes em toda ilha. A comissão expôs imagens que ilustraram os problemas de resíduos sólidos na região litorânea

e destacou a dificuldade de acesso a essas áreas, por razões de segurança, tanto pela presença de animais e da quantidade de lixo acumulado, como pela invasão de pessoas estranhas à rotina acadêmica na ilha, transformando-se em território inóspito para os circulantes da Cidade Universitária. Sendo assim, destacou-se que é de extrema importância a recuperação dessas áreas para que o Plano Diretor UFRJ 2020 possa fluir integrado à questão ambiental e urbana. Ressaltou-se que a proposta do PD 2020 é desenvolver projetos para a criação de ambientes paisagísticos ambientais, portanto a necessidade de recriar os espaços, que são ora naturais, ora deteriorados, devido ao abandono decorrente do afastamento da presença humana, e que precisam ser recuperados pelo PD 2020 como percurso, tanto para apreciação como para ligação entre prédios e outros, levando a uma aproximação com o ambiente arboreal e litorâneo, e interferindo na reaproximação humana, tornando-os mais seguros. A comissão do PDAP prosseguiu explicando que quando se altera o meio ambiente, forçosamente algumas espécies de animais são eliminadas, e a título de curiosidade, informou, que através de um levantamento no decorrer de alguns anos, constatou-se que há 192 espécies de aves registradas na Universidade, e, portanto, qualquer alteração ambiental é impactante. Neste sentido, é necessário um plano ambiental como esse, que adequa da melhor maneira os projetos de recuperação e revalorização do ambiente, a fim de minimizar os impactos ambientais. A intenção é intervir sobre as distintas tipologias, visando à sua revalorização, com as seguintes propostas: para o ambiente arboreal, em função do alto custo para a universidade (necessidade de cortar, varrer, etc.), que se torne um ambiente com mais árvores, porém bem espaçadas entre si, proporcionando um grande sombreamento nessas áreas, e o consequente crescimento de vegetação de pequeno e médio porte, o que favorecerá a sobrevivência de espécies nativas que não possuem alto custo de manutenção, resolvendo um dos grandes problemas atuais no *campus*, o controle do capim colônio; o ornamental viário, onde predomina a presença de gramíneas que também causam alto custo de manutenção, teria seus canteiros reduzidos e haveria a criação de passadiços para maior mobilidade e passeio nesses espaços, além da implantação de estruturas drenantes, que fariam parte de um projeto mais detalhado do reuso de águas de chuva, com reservatórios de água de chuva para a fixação de um ciclo de reaproveitamento de água mais intenso, complementando o projeto hoje já existente na Escola Politécnica, que é pontual e não estendido para todo o *campus*. A comissão enfatizou que apesar do alto custo para implantação desse conjunto de projetos para a tipologia apresentada, o retorno econômico e social é bastante elevado e interessante. Para o entorno predial, houve a sugestão de padronização com espécies nativas de fácil preservação, facilitando a manutenção destas áreas. Prosseguiu-se explicando que, nos anos 50, a cobertura vegetal do *campus* foi comprometida devido às obras de aterramento, e a tendência ao longo dos anos foi de plantio de espécies de maneira livre e desordenada, por vezes, espécies exóticas que não se adequaram ao processo de urbanização. Este fato implicou em diversos problemas, com prejuízos, inclusive, estruturais, com a destruição de patrimônio, entupimento de calhas, entre outros. Por isso, o PDAP apresentado precisa ser entendido como um plano de necessidade, e apoiado e divulgado pelos gestores da Universidade, para que, durante o planejamento de edificações, novos plantios e demais questões ambientais passem pelo crivo de pessoas que ofereçam recomendações adequadas, e com isso, sejam evitadas despesas necessárias; para a tipologia de manguezal (que amontoa lixo e resíduos dentro e fora da Ilha do Fundão), houve a explicação sobre intervenções como a criação de ecobarreiras e a implantação de passadiços, a fim de aproximar o público a esse espaço de belezas naturais, atualmente evitado em função do mau cheiro; e, por último, para a conservação do espaço florestal existente hoje na Ilha do Catalão, apresentou-se a proposta de reiteração do Parque Ecológico Frei Veloso nessa área, que foi criado na década de 80, porém não houve continuidade do processo, não sendo oficializado como parque ecológico de preservação ou conservação. A Comissão tratou também da questão da água, com o problema da grande quantidade de resíduos provenientes da Baía de Guanabara, propondo a criação de uma grande ecobarreira entre as duas pontas da Ilha do Fundão (Catalão e Ilha de Bom Jesus). Inicialmente, estima-se que ela teria aproximadamente 1.200 metros de extensão, mas que asseguraria aproximadamente 6 km de área de praia teoricamente limpa. Opinou-se que seria necessária a busca de patrocínio para o projeto; a criação de ecobarreiras traria grandes benefícios e, na opinião da comissão, faz parte do escopo de responsabilidades da universidade. O lixo gerado internamente é mais fácil de ser

recolhido, porém o que chega pela flutuação das águas, gerado na Ilha do Governador e Niterói, dentre outros locais, afeta a imagem da Universidade e, portanto, poderia ser minimizado com as ecobarreiras. Finalizando a apresentação, explicou-se que esse plano ambiental e paisagístico foi estruturado dentro do PD 2020, que já prevê a recuperação de áreas degradadas, visando à maior integração da nova área urbana do PD 2020 com o ambiente natural existente, ou seja, promover uma interação sustentável entre eles. Com isso, o plano já entraria em vigor em forma de projeto, sendo de grande necessidade sua implantação e aceitação por parte da Comunidade UFRJ. Após, a Decana do Centro de Ciências da Saúde, Prof.^a Maria Fernanda, pediu a palavra a fim de parabenizar a inclusão da questão ambiental dentro do Plano Diretor da UFRJ, pois, segundo ela, a Universidade está atrasada em relação a esse tema, e por isso, são necessárias ações ambientais que sejam implementadas com celeridade, principalmente em relação às questões de saneamento, aproveitamento de água, etc. Ressaltou a discussão do tipo de unidade de conservação a ser criada com o Parque Frei Veloso, e como se daria a integração do estado e município, nessa área que é federal, em relação à administração do espaço, além do possível compartilhamento da gestão com iniciativas privadas. Após, a Decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Prof.^a Lília Pougy, também ressaltou a importância de trazer a questão ambiental e paisagística para o PD 2020, mas, devido ao esforço de inclusão dos demais *campi* no Plano Diretor, questionou a respeito da dimensão desse plano ambiental para os *campi* Praia Vermelha, Xerém, Macaé e unidades isoladas, sendo, segundo ela, de extrema importância os temas ambientais para esses espaços. A comissão do PDAP respondeu que há grupos fisicamente presentes nestes locais interagindo em paralelo com a comissão. Além disso, explicou-se que a proposta inicial é a de que o *campus* da Cidade Universitária seja um ponto de partida para o projeto e que, depois de realizada sua divulgação e conscientização, apresentar expansão para os demais *campi*. Constatou-se, por exemplo, que em função da construção do *campus* de Macaé, houve a completa devastação da área, sendo então necessário reconstruir a vegetação e o paisagismo nesse espaço devastado; que o novo *campus* de Duque de Caxias é um espaço grande, e próximo a área com bastante vegetação, porém abandonado, sendo possível realizar um trabalho de reestruturação e manutenção adequado desse *campus*; que na Praia Vermelha já se encontra em andamento esse tipo de trabalho e que é preciso pensar também nas unidades isoladas, como por exemplo, o Instituto Politécnico de Cabo Frio. A seguir, o Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Prof. Vitor Lório, ressaltou a urgência de tratar das questões ambientais e paisagísticas para o *campus* Praia Vermelha, colocando a título de exemplo, a enorme quantidade de amendoeiras presentes nessa área, que entopem as calhas, quebram os telhados de vidro, dentre outros problemas. Após, o Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, Sr. Roberto Gambine, elogiou o projeto por conter a ideia de se obter um espaço agradável de convivência nos ambientes, envolvendo princípios de respeito ao meio ambiente e de sustentabilidade, e ainda possivelmente podendo figurar como um investimento da Administração no sentido de enfrentar determinados custos decorrentes da concepção de gestão do espaço da Universidade que vinha sendo feita até hoje. Ressaltou que, comparativamente, a Cidade Universitária é o lugar que exige maior necessidade de ações ambientais, citando como exemplo a questão do lixo vindo da Baía de Guanabara, que passa ao público a impressão de desleixo da Administração da UFRJ em relação a esse problema. Para ele, se for possível consolidar o modelo de ocupação ambiental nos espaços da Cidade Universitária, será possível replicá-lo nos demais *campi* e unidades isoladas. Por isso, em sua opinião, é importante iniciar as ações do CTPD com base nas informações e experiências acumuladas e nas propostas formuladas pela Comissão do PDAP para a Cidade Universitária. O Sr. Roberto Gambine expôs ainda a sugestão de mensuração dos valores necessários, pois, segundo ele, ações com esse foco poderiam obter recursos através de editais oferecidos pelo BNDES ou Ministério das Cidades. Para o Pró-Reitor, seria importante pensar questões como o que fazer primeiro, quais seriam os recursos necessários, como se fazer o levantamento dos orçamentos, entre outros, a fim de transformar o plano em ação efetiva e completa. A comissão do PDAP respondeu que sem projeto e orçamento não há argumento para pleitear recursos, e por isso, seria importante a Universidade envolver seus profissionais capacitados a participarem do projeto de orçamento ou realizar contratação externa para este trabalho. A comissão prosseguiu expondo sua dificuldade em desenvolver administrativamente o projeto, sugerindo para tanto as possibilidades de se acionar a Prefeitura

Universitária ou o Escritório Técnico da Universidade, da contratação de empresa do Parque Tecnológico, ou até mesmo de se contratar outros órgãos ambientais que possuam um escritório técnico. Explicou-se que a comissão não possui o alcance para entender como o plano será implantado, além de não ter a capacidade de desenvolver cada projeto contido nele. O Sr. Roberto Gambine pediu a palavra para perguntar se há alguma ideia de custo em relação ao projeto das ecobarreiras, e a comissão do PDAP respondeu que, por enquanto, há apenas a teorização das soluções e algumas ideias de custo, mas se propôs a iniciar investigação mais detalhada envolvendo essa questão. A seguir, o Sr. Ivan Carmo ressaltou a importância da criação de um grupo de trabalho interno do CTPD para tentar transformar as proposições apresentadas em projeto concreto, ao que a Prof.^a Maria Fernanda, Decana do CCS, se propôs a ajudar na questão. Foi proposto que a Prefeitura ofereça apoio técnico ao grupo de trabalho coordenado pela Prof.^a Maria Fernanda para a fase inicial do projeto, com posterior extensão à Praia Vermelha. A seguir, a comissão do PDAP observou que os *campi* da UFRJ, especialmente os novos, poderiam já reunir comissões a fim de controlar seu crescimento, com o intuito de evitar o mesmo crescimento desordenado ocorrido no Fundão anteriormente. A seguir, o Coordenador de Projetos do Escritório Técnico da Universidade, Prof. Paulo Jardim, pediu a palavra para expor seu ponto de vista de que um plano diretor institucional deve tratar primeiro dos objetivos da instituição, e no caso da UFRJ, as questões de pesquisa, ensino e extensão, e quais as estratégias, de longo prazo, para que a instituição alcance esses objetivos. Prosseguiu ressaltando a importância da questão ambiental, tema já reconhecido por todos os membros da comunidade UFRJ, e elogiou o trabalho do PDAP, já que ele concilia o que estava previsto no PD 2020 e avança com iniciativas e ações bem definidas, como por exemplo, o projeto das ecobarreiras. Por isso, segundo o Prof. Paulo, o Plano Diretor Ambiental e Paisagístico já está apto a definir os projetos específicos para implantação imediata, pois segue as orientações oferecidas pelo Plano Diretor UFRJ 2020 e, ao mesmo tempo, apresenta um trabalho mais detalhado em relação ao tema. A comissão do PDAP concordou com o exposto pelo Prof. Paulo Jardim, ressaltando que a visão macro dos objetivos da UFRJ para a implantação de projetos é a do PD 2020, e o PDAP é um trabalho mais definido e voltado às questões cotidianas. A seguir, o Sr. Ivan Carmo expôs aos presentes que no dia 01/03/2016 haverá a primeira reunião do grupo de trabalho sobre energia, explicando que os motivos para a criação desse grupo envolvem a tentativa de mudança da conjuntura energética atual na UFRJ e, principalmente, a redução do consumo de energia, a fim de diminuir as enormes despesas com contas de luz na instituição. Observou que do CTPD, integram também o grupo mencionado, o próprio Sr. Ivan e a Prof.^a Suzana Kahn, que se propuseram a trazer algumas ideias discutidas na reunião mencionada para a próxima reunião do Comitê Técnico do Plano Diretor. Prosseguiu mencionando que será pensada uma estratégia de comunicação que atinja todas as camadas da comunidade universitária, a fim de colaborar com o trabalho que estará sendo realizado. Encerrando a presente reunião, o Sr. Ivan Carmo abordou a questão das visitas ao *campus* Macaé e ao *campus* de Caxias pelo Comitê Técnico do Plano Diretor, onde os presentes discutiram e concordaram em realizar a visita a Caxias, no dia 09/03/2016, na parte da manhã. A seguir, encerrou-se a reunião.